REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

A DINÂMICA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM SERGIPE: REVISÃO NARRATIVA

THE DYNAMICS OF URBAN AND PERI-URBAN AGRICULTURE IN SERGIPE: A NARRATIVE REVIEW

LA DINÁMICA DE LA AGRICULTURA URBANA Y PERIURBANA EN SERGIPE: REVISIÓN NARRATIVA

Victória Kethen Santos Pessoa
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: victoriasantos6802@yahoo.com

Marcio Eric Figueira dos Santos
Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: marciosantos.eagroecologandobr@gmail.com

Fernando Tavares Souza
Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: profernandotavares@gmail.com

João Victor Santos Pinto
Mestrando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: jvictorsantoss64@gmail.com

Caciana Costa Feitosa
Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: cacianadores@gmail.com

Núbia Dias dos Santos
Doutora em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
E-mail: nubia@academico.ufs.br

Resumo

O crescimento das áreas urbanas e as mudanças climáticas exigem novas abordagens para os nossos sistemas alimentares. Esse cenário aumenta a separação entre quem consome e os locais tradicionais de cultivo. A agricultura urbana e periurbana (AUP) atua para aproximar essas pontas. Ela funciona como um elemento essencial de resiliência socioambiental e une a produção de alimentos à inclusão produtiva. O objetivo principal deste artigo é examinar o material científico e

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

institucional produzido sobre a AUP em Sergipe. A pesquisa cobriu o período das últimas duas décadas analisando bases acadêmicas, repositórios de universidades e publicações do governo. Os dados evidenciam a forte presença de iniciativas focadas em hortas comunitárias e quintais produtivos na Grande Aracaju. Essas ações impulsionam a economia solidária e garantem o acesso das famílias a alimentos frescos. A análise também aponta áreas com grande potencial de desenvolvimento prático. Existe bastante espaço para ampliar as pesquisas empíricas sobre o tema. As comunidades produtoras buscam consolidar a posse contínua da terra. A inclusão efetiva dessas práticas agrícolas nos planos de ordenamento das cidades representa um passo fundamental para o futuro.

Palavras-chave: Agroecologia; Agricultura Urbana; Soberania Alimentar; Planejamento Urbano.

Abstract
Urban growth and climate changes demand new approaches for our food systems. This situation increases the distance between consumers and traditional farming spaces. Urban and peri-urban agriculture (UPA) works to bridge this gap. It acts as an essential element of socio-environmental resilience and connects food production with productive inclusion. The main goal of this article is to examine the scientific and institutional literature produced about UPA in Sergipe. The research covered the last two decades by analyzing academic databases, university repositories, and government publications. The data show a strong presence of initiatives focused on community gardens and productive yards in Greater Aracaju. These actions boost the solidarity economy and ensure families have access to fresh food. The analysis also points out areas with great potential for practical development. There is ample room to expand empirical research on the subject. Farming communities are working to consolidate continuous land tenure. The effective inclusion of these agricultural practices in city planning represents a fundamental step for the future.

Keywords: Agroecology; Urban Agriculture; Food Sovereignty; Urban Planning.

Resumen
El crecimiento urbano y los cambios climáticos exigen nuevos enfoques para nuestros sistemas alimentarios. Esta situación aumenta la distancia entre los consumidores y los espacios tradicionales de cultivo. La agricultura urbana y periurbana (AUP) trabaja para acortar esta brecha. Actúa como un elemento esencial de resiliencia socioambiental y conecta la producción de alimentos con la inclusión productiva. El objetivo principal de este artículo es examinar la literatura científica e institucional producida sobre la AUP en Sergipe. La investigación cubrió las últimas dos décadas analizando bases de datos académicas, repositorios universitarios y publicaciones gubernamentales. Los datos muestran una fuerte presencia de iniciativas centradas en huertos comunitarios y patios productivos en el Gran Aracaju. Estas acciones impulsan la economía solidaria y aseguran el acceso de las familias a alimentos frescos. El análisis también señala áreas con gran potencial de desarrollo práctico. Hay un amplio espacio para expandir las investigaciones empíricas sobre el tema. Las comunidades agrícolas buscan consolidar la tenencia continua de la tierra. La inclusión efectiva de estas prácticas agrícolas en la planificación de las ciudades representa un paso fundamental para el futuro.

Palabras clave: Agroecología; Agricultura Urbana; Soberanía Alimentaria; Planificación Urbana.

1. Introdução

A expansão constante das cidades transforma a maneira como usamos o solo e organizamos o fornecimento de alimentos. O aumento da população nas regiões metropolitanas cria um afastamento físico visível entre quem consome e as zonas de cultivo rural (FAO, 2014). Essa configuração espacial aumenta a

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

suscetibilidade do abastecimento alimentar a choques externos, que podem incluir desde instabilidades econômicas ocasionais até eventos climáticos severos com impacto sobre a produtividade agrícola.

Diante desse cenário de crescente insegurança alimentar estrutural, a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) tem sido amplamente discutida na literatura especializada como componente relevante da transição para sistemas alimentares sustentáveis, articulando a produção primária de alimentos com a inclusão socioeconômica e a qualificação ambiental dos espaços citadinos (Mougeot, 2005). A AUP é mobilizada tanto como estratégia de mitigação de vulnerabilidades quanto como prática de reaproximação entre sociedade e natureza em ambientes altamente urbanizados.

No contexto do território brasileiro, o êxodo rural ocorrido ao longo do século XX consolidou um modelo de urbanização caracterizado pela exclusão socioterritorial e pela periferização das populações de baixa renda. As famílias em situação de vulnerabilidade, ao ocuparem as periferias das grandes e médias cidades, trouxeram consigo um vasto repertório de saberes agrários tradicionais (Zaar, 2015). Essa herança cultural materializou-se gradativamente na forma de quintais produtivos e pequenos roçados adaptados à morfologia urbana, configurando práticas de AUP que tensionam a rigidez de separação entre rural e urbano.

A literatura acadêmica nacional destaca a profunda heterogeneidade das formas de AUP no Brasil, abrangendo um espectro diversificado que inclui hortas comunitárias implantadas em terrenos ociosos, sistemas agroflorestais urbanos e iniciativas consolidadas de agricultura familiar localizadas em zonas de franca expansão urbana (IBGE, 2019; Kuhn et al., 2024). Esses estudos evidenciam que as cidades brasileiras não consomem apenas alimentos, mas também os produzidos, ainda que de maneira frequentemente invisibilizada pelas políticas urbanas tradicionais.

O papel das cidades médias e pequenas ganha contornos analíticos específicos neste debate geográfico. Diferentemente das grandes metrópoles altamente adensadas, onde a hipervalorização imobiliária impulsiona a produção

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

primária para fronteiras cada vez mais distantes, os aglomerados urbanos de menor porte possuem uma interface rural-urbana consideravelmente mais porosa. Essa permeabilidade territorial facilita a integração orgânica de práticas agrárias ao cotidiano da cidade. O estado de Sergipe, caracterizado por uma rede urbana densa e pela proximidade geográfica entre seus municípios, apresenta condições espaciais e climáticas favoráveis ao desenvolvimento contínuo de cinturões verdes e ao fortalecimento de circuitos curtos de comercialização agroecológica.

Apesar deste potencial territorial, observa-se uma nítida disparidade na produção do conhecimento científico nacional sobre o tema. Revisões bibliográficas recentes indicam um aumento quantitativo expressivo de artigos sobre agricultura urbana no Brasil nos últimos anos (Kuhn et al., 2024). Esse incremento acadêmico se concentra majoritariamente em estudos de caso focados nas regiões Sul e Sudeste do país, conferindo visibilidade desproporcionalmente menor às experiências desenvolvidas em estados nordestinos como Sergipe. Em termos de geografia da produção científica, Sergipe aparece como um espaço de prática ativa de AUP, mas de baixa densidade acadêmica, com número limitado de trabalhos que tematizam diretamente o estado e seus municípios.

Essa assimetria entre a consistência das práticas territoriais e a escassez de estudos sistemáticos configura uma lacuna científica relevante. Há poucos esforços de sistematização e análise crítica das experiências de AUP no estado de Sergipe, especialmente no que se refere à sua articulação com políticas públicas, planejamento urbano e instrumentos de ordenamento territorial. Grande parte das informações disponíveis está dispersa em relatórios institucionais, notícias de projetos sociais e documentos governamentais, o que limita a capacidade de generalização e comparação. Diante desse quadro, o presente estudo tem como objetivos: (i) analisar a produção científica e institucional sobre a agricultura urbana e periurbana em Sergipe; e (ii) identificar suas contribuições, limitações e perspectivas.

1.1. Metodologia da revisão

Este estudo caracteriza-se como revisão narrativa da literatura, de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

abordagem qualitativa, voltada à integração crítica de evidências acadêmicas e institucionais sobre AUP em Sergipe. A inclusão da literatura cinzenta justificou-se pela fragmentação de um campo regional ainda em consolidação, uma vez que limitar a busca a periódicos indexados excluiria grande parte das experiências efetivamente documentadas.

O percurso da revisão foi conduzido com buscas realizadas entre maio e junho de 2026. O recorte temporal estabelecido abrangeu o período de janeiro de 2004 a junho de 2026, para capturar o ciclo de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SAN) e a expansão dos debates locais sobre o tema. As bases consultadas incluíram Google Scholar, SciELO e Portal de Periódicos CAPES. Adicionalmente, realizaram-se buscas ativas no Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe (RI/UFS) e em acervos governamentais.

As estratégias de busca utilizaram cruzamentos booleanos entre os seguintes descritores (em português e inglês): (“agricultura urbana” OR “agricultura periurbana” OR “hortas comunitárias”) AND (“Sergipe” OR “Aracaju”) AND (“segurança alimentar e nutricional” OR “agroecologia” OR “planejamento urbano”).

Inicialmente, foram recuperados 84 registros. Após a eliminação de 15 duplicatas, 69 documentos passaram por triagem de título e resumo. Desses, 22 foram lidos na íntegra. Os critérios de inclusão exigiram que os materiais abordassem experiências empíricas em Sergipe ou discutissem a intersecção de políticas locais aplicadas à AUP. Foram excluídos 13 documentos cuja menção à AUP era apenas tangencial e opinativa. Ao final, o corpus consolidou-se em 9 documentos: 1 plano/documento institucional, 2 dissertações de mestrado, 1 artigos em periódicos, e 5 trabalhos publicados em anais de eventos científicos (Quadro 1).

Quadro 1 - Corpus documental e bibliográfico selecionado para análise das evidências em Sergipe

Autoria / Ano	Tipo de Documento	Município/ Território	Objeto de Investigação	População/ Unidade Analisada	Principal Resultado / Conclusão Local

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

Barbosa, 2021	Dissertação	Aracaju	AUP no planejamento urbano	Instrumentos legais e hortas mapeadas	Inserção frágil da AUP no Plano Diretor; dependência de acordos informais.
Santos et al., 2022	Artigo Científico	Aracaju	Projeto Cultivando Cidadania	Casa Lar III (espaço socioassistencial)	AUP como espaço de educação alimentar e acolhimento; mitiga vulnerabilidades.
Santos, 2024	Doc. Institucional	Sergipe (Geral)	Diretrizes para hortas públicas	Gestores e comunidades locais	Formalização de modelo de gestão participativa e estímulo a arranjos institucionais.
Pessoa, 2026	Dissertação	São Cristóvão	Soberania alimentar e autonomia	Comunidade da Cabrita	AUP promove resistência territorial; redes informais de solidariedade garantem permanência.
Cruz; Dalmora, 2026	Anais de Evento	Itaporanga, Salgado	Transição agroecológica	Agricultores periurbanos	Fortalecimento da agrobiodiversidade e manejo sustentável do solo nas franjas urbanas.
Matsuda et al., 2026	Anais de Evento	Região Metrop. Aracaju	Agroecologia e bem-estar	Hortas urbanas diversas	Mapeamento das hortas indica uso de metodologias participativas para saúde comunitária.
Pessoa et al., 2026	Anais de Evento	Região Metrop. Aracaju	Planos de gestão participativa	Coletivos de hortas comunitárias	Laboratórios vivos promovem economia solidária e formação sociopolítica.
Santos; Antão; Barbosa, 2019	Anais de Evento	Grande Aracaju	Invisibilidade dos agricultores	Sujeitos periféricos	Baixa visibilidade da economia agrária urbana nos instrumentos de planejamento oficiais.
Freitas; Zuliani; Silva, 2020	Anais de Evento	São Cristóvão	Quintais agroecológicos	Famílias de baixa renda	Implantação de quintais como alternativa ao modelo agrícola dependente de insumos.

Fonte: os autores

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

2. Revisão da Literatura

2.1. Conceito e evolução da agricultura urbana e periurbana

Para evitar o uso generalista dos termos que frequentemente permeiam os estudos sobre o tema, este trabalho propõe balizas conceituais claras. A agricultura urbana define-se pela localização das práticas em áreas intraurbanas, enquanto a periurbana ocorre nas franjas, ou zonas de transição rural-urbana, sendo que a classificação dependeu dos limites morfológicos estabelecidos por cada município analisado no corpus.

A AUP pode ser integrada como conjunto de práticas de cultivo, criação e processamento de alimentos e outros bens de origem agrícola realizados em áreas intraurbanas ou em sua periferia imediata, articuladas ao metabolismo econômico e ecológico da cidade. Mougeot (2005) destaca que essas atividades se conectam diretamente ao mercado de trabalho local, reaproveitam resíduos orgânicos e águas residuais e destinam a maior parte da produção ao autoconsumo e ao abastecimento de circuitos próximos, configurando circuitos curtos de comercialização que reaproximam produção e consumo.

Historicamente, o cultivo de alimentos nas cidades alternou momentos de forte incentivo estatal e fases de invisibilização, em que a valorização imobiliária e projetos de modernização urbana deslocaram a produção para fora da cidade (FAO, 2014). No Brasil, a AUP foi por muito tempo vista como resquício de ruralidade indesejada, associada à pobreza e à informalidade, mas essa percepção vem sendo tensionada por movimentos sociais, redes agroecológicas e pesquisas que a reconhecem como política de combate à fome, de promoção da saúde e de reconfiguração das relações sociedade-natureza (Zaar, 2015; Bertolini et al., 2023).

Estudos sobre AUP em diferentes contextos brasileiros evidenciam que as iniciativas variam entre hortas comunitárias em terrenos públicos e áreas institucionais e quintas produtivas familiares, sistemas agroflorestais urbanos e projetos articulados a programas de economia popular solidária. Essa diversidade de formas e arranjos organizacionais reforça a necessidade de análises territoriais planejadas, como as planejadas para Sergipe, que consideram especificidades edafoclimáticas, dinâmicas fundiárias e estruturas de planejamento urbano.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

Abordagens amplas generalistas tendem a obscurecer desigualdades regionais e especificações específicas de implementação, proporcionando uma visão homogeneizadora que não captura a complexidade das experiências nordestinas e sergipanas.

2.2. Agricultura urbana e periurbana, agroecologia e segurança alimentar e nutricional

A literatura destaca a relação estreita entre a AUP e promoção da SAN, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica (Zaar, 2015). Contudo, para analisar essa dinâmica com rigor e evitar imprecisões analíticas, é imperativo estabelecer balizas conceituais claras. Em primeiro lugar, deve-se distinguir AUP de Agroecologia. Enquanto a AUP diz respeito principalmente à localização espacial e à integração da prática ao metabolismo da cidade, a agroecologia é uma orientação sociotécnica específica; ela recusa o uso de agrotóxicos e adubos sintéticos, baseando-se em ciclos ecológicos fechados, sementes crioulas e relações sociais justas (Gliessman, 2001; Altieri, 2004). Assim, nem toda unidade de AUP é necessariamente agroecológica, visto que muitas podem utilizar insumos químicos ou seguir modelos puramente comerciais.

Da mesma forma, não se pode adotar Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar como sinônimos. A SAN refere-se ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. A Soberania Alimentar, por sua vez, engloba o controle político sobre os sistemas de produção, a posse da terra, a proteção das sementes nativas e a autonomia decisória coletiva pelas comunidades produtoras (Pessoa, 2026). Portanto, uma horta urbana comunitária pode promover SAN sem, no entanto, alterar as relações estruturais de poder que definem a soberania.

Partindo dessas premissas, a literatura aponta que sistemas produtivos de base agroecológica, implantados em áreas urbanas, possuem notável potencial para mitigar a insegurança alimentar. Altieri (2004) e Gliessman (2001) observam que essas práticas podem ampliar o acesso a alimentos frescos, diversificam a dieta e reduzem a exposição a produtos ultraprocessados.

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

Em muitos bairros periféricos das cidades brasileiras, a oferta de alimentos *in natura* é limitada. Nesse cenário, projetos de hortas urbanas e quintais produtivos transformam a dinâmica local ao aproximar produção e moradia. A AUP, quando orientada por princípios agroecológicos, deixa de ser apenas uma tática de sobrevivência para constituir-se como prática de promoção de dietas saudáveis e de fortalecimento de vínculos.

Em Sergipe, esse potencial se reflete em iniciativas mapeadas por documentos oficiais e trabalhos acadêmicos. Relatos evidenciam que programas de hortas comunitárias na Grande Aracaju priorizam a valorização de saberes populares e o aproveitamento integral dos alimentos, estimulando o uso de partes convencionalmente descartadas das plantas (Barbosa, 2021; Santos, 2024). Esses projetos adotam, em sua maioria, princípios agroecológicos, incentivando o manejo de baixo custo, o uso de insumos locais e a reciclagem de resíduos orgânicos. Nesses espaços, a produção de alimentos frescos torna-se indissociável dos processos formativos em educação ambiental e da requalificação de áreas antes ociosas. As hortas funcionam, simultaneamente, como dispositivos de SAN e territórios de acolhimento (Santos et al., 2022).

Avançando para a dimensão política, Pessoa (2026) argumenta que a AUP atua na construção da soberania alimentar ao ressignificar o alimento como elemento sagrado e no ato político de permanência territorial. Essa abordagem sugere uma ampliação da autonomia das famílias frente às fragilidades dos circuitos mercadológicos convencionais. Ainda assim, sob uma lente analítica rigorosa, nota-se a necessidade de estudos longitudinais que mensurem com maior precisão os impactos nutricionais e econômicos efetivos dessas experiências no estado, uma vez que as evidências atuais repousam fortemente em relatos perceptivos.

Por fim, essa relevância sociopolítica e nutricional converge organicamente com os serviços ecossistêmicos subjacentes à atividade agrícola nas cidades. Estudos da EMBRAPA (2020) demonstram que a implantação de hortas proporciona benefícios ambientais estruturais, incluindo a redução de ilhas de calor e o aumento da permeabilidade dos solos, mitigando inundações em áreas hiperimpermeabilizadas. A AUP, portanto, demonstra a capacidade não apenas de

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

alimentar as populações, mas de induzir a produção de paisagens mais resilientes diante das precariedades de infraestrutura urbana.

2.3. Agricultura urbana e periurbana no Nordeste e em Sergipe

A inserção da AUP na região Nordeste exige tecnologias adaptadas às condições edafoclimáticas, especialmente às irregularidades pluviométricas do semiárido e à vulnerabilidade de populações rurais e urbanas pobres. O desafio de conciliar escassez hídrica, pobreza urbana e produção de alimentos torna a AUP um campo privilegiado para políticas integradas de desenvolvimento territorial.

No caso de Sergipe, contudo, a literatura empírica atual ainda não reflete toda a diversidade climática do estado. Conforme sistematizado no Quadro 2, as evidências documentadas concentram-se fortemente na conurbação litorânea e região metropolitana, o que exige cautela na generalização desses achados para a realidade dos municípios situados no semiárido sergipano.

Quadro 2 - Distribuição territorial das experiências documentadas

Localidade (Município)	Quantidade de Referências	Temáticas Predominantes na Literatura	Contexto Geográfico
Aracaju (Capital)	3	Políticas urbanas, planos diretores, espaços institucionais.	Litoral / Urbano Adensado
São Cristóvão	2	Quintais agroecológicos, autonomia e resistência territorial.	Litoral / Expansão Metropolitana
Itaporanga d'Ajuda / Salgado	1	Transição agroecológica, aprendizagem e agrobiodiversidade.	Agreste / Transição
Região Metropolitana de Aracaju	2	Invisibilidade socioterritorial, mapeamento de bem-estar.	Conurbação Costeira
Sergipe (Plano Geral / Sem recorte municipal específico)	1	-	-

Fonte: os autores

A dissertação de Barbosa (2021) analisa a AUP como componente para a construção de uma Aracaju ecológica e sustentável, mapeando unidades produtivas,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

discutindo sua inserção no plano diretor e evidenciando a ausência de marcos normativos específicos para a atividade. O estudo busca mostrar como a cidade incorpora práticas agrárias em terrenos públicos, associações de moradores e instituições de ensino, sem que isso se traduza em políticas urbanas robustas.

Já a dissertação de Pessoa (2026) aprofunda a dimensão comunitária e territorial da AUP, ao mostrar como práticas agroecológicas e organização coletiva se articulam à busca pela autonomia das famílias. O Plano Estadual de Gestão Participativa de Hortas Urbanas Comunitárias de Sergipe (Santos, 2024) organiza diretrizes para implantação e gestão compartilhada de hortas comunitárias, aproximando comunidade, universidade e governo estadual.

A análise das fontes revela a consolidação de hortas geridas ativamente por coletivos, com destaque para a participação feminina. A partir dessa dinâmica, ancorada em sua pesquisa na comunidade da Cabrita (São Cristóvão), Pessoa (2026) propõe que a AUP seja compreendida como uma forma de “terrexistência”. Este conceito descreve a existência material e simbólica intrinsecamente vinculada à defesa do território e aos modos de vida tradicionais. Apesar dessa formulação para ilustrar a resistência local, a literatura sergipana carece de uma leitura mais crítica sobre seus desdobramentos.

Por um lado, no âmbito socioterritorial, é indispensável examinar a dimensão de gênero: a expressiva presença feminina não resulta automaticamente em autonomia, podendo refletir, na verdade, a feminização histórica do trabalho de cuidado não remunerado. Por outro lado, no âmbito físico-sanitário, os estudos locais frequentemente subdimensionam os riscos inerentes ao plantio em meio urbano, a exemplo da contaminação, em potencial, do solo por resíduos viários, do uso de fontes hídricas de qualidade incerta e da exposição a agentes microbiológicos.

2.4. Políticas públicas, desafios urbanísticos e segurança fundiária

A literatura sobre AUP destaca entraves jurídicos, urbanísticos e institucionais que limitam o potencial da atividade como política pública estruturante, muitos deles relacionados à ausência de previsão explícita em planos diretores municipais e instrumentos de ordenamento territorial (Kuhn et al., 2024; Castro, 2025). Em

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

municípios brasileiros, o zoneamento urbano não contempla a produção agrícola como uso legítimo do solo, mantendo hortas e quintais produtivos em condição de informalidade, embora sejam socialmente relevantes e produzam diversos benefícios.

No contexto sergipano, as investigações de Barbosa (2021) evidenciam que a prática agrícola depende fortemente de acordos informais firmados com entes públicos ou proprietários privados, sem garantias jurídicas robustas contra remoções motivadas pela expansão do capital imobiliário. Essa invisibilidade institucional perpetua a insegurança fundiária e vulnerabiliza os grupos dedicados à agricultura urbana, impondo severos obstáculos à atração de recursos operacionais e ao planejamento longitudinal dos cultivos. A fragilidade normativa constitui, portanto, um fator estrutural de reprodução da vulnerabilidade territorial e de precarização das iniciativas de AUP.

Outro desafio diz respeito ao acesso à água de qualidade para pequenas irrigações. A ausência de políticas públicas específicas, tarifas diferenciadas ou programas de apoio à infraestrutura hídrica comunitária torna o custo da água um obstáculo importante, especialmente para famílias em situação de vulnerabilidade (Freire et al., 2011). A descontinuidade de apoio institucional, marcada por mudanças de governo e prioridades, também fragiliza a oferta regular de assistência técnica e extensão rural, fundamentais para consolidar transições agroecológicas. Há, nesse aspecto, uma lacuna importante entre o reconhecimento discursivo da AUP e a oferta concreta de condições materiais para sua permanência e expansão.

Os estudos sobre AUP no Brasil defendem a necessidade de incorporar explicitamente o tema em planos diretores municipais, legislações de uso do solo, políticas de habitação e instrumentos de regularização fundiária, implementando sua função socioambiental e protegendo áreas produtivas de remoções arbitrárias (Barbosa, 2021; Castro, 2025).

3. Discussão

Uma síntese da literatura indica que Sergipe participa de forma ativa da agenda nacional da AUP, por meio de experiências que articulam SAN, economia

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

solidária e inclusão social. Do ponto de vista analítico, os principais resultados e desafios identificados nesta revisão estão sintetizados no Quadro 3, que organiza a AUP em Sergipe distinguindo as evidências locais das recomendações de caráter normativo.

Quadro 3 - Síntese analítica e normativa da AUP em Sergipe

Dimensão analítica	**Evidências extraídas das fontes locais**	**Limitações observadas nas fontes**	**Recomendações normativas de políticas públicas**
Segurança alimentar e nutricional	Projetos fortalecem a educação alimentar e são descritos como promotores de bem-estar e diversificação da dieta.	Ausência de mensurações clínicas diretas ou indicadores quantitativos de ingestão nutricional e produtividade.	Integrar a AUP às secretarias de saúde, estabelecendo apoio a análises de solo/água e marcadores de avaliação rigorosos.
Políticas públicas	A permanência territorial apoia-se em redes de confiança comunitárias e arranjos informais (Barbosa, 2021; Pessoa, 2026).	As avaliações de vulnerabilidade dependem de relatos pontuais frente à invisibilidade urbanística.	Tipificar o plantio comunitário como uso legítimo do espaço nos planos diretores e garantir contratos formais de uso de terras.
Organização socioterritorial	Coletivos operam as hortas como laboratórios de formação sociopolítica.	Faltam análises críticas sobre a divisão sexual do trabalho e os reais impactos na geração de renda das lideranças.	Estruturar programas de economia solidária com assistência técnica continuada e proteção contra sobrecargas de cuidado.

Fonte: Barbosa, 2021; Santos, 2024; Pessoa, 2026

Como sintetizado no Quadro 3, na dimensão da SAN observa-se que as experiências de AUP em Sergipe reforçam o papel da produção de alimentos frescos na ampliação do acesso nutricional em áreas periféricas, simultaneamente à promoção de educação alimentar crítica voltada para a problematização dos padrões de consumo hegemônicos. Contudo, é fundamental ressaltar, em diálogo com as ressalvas da literatura crítica sobre o tema, que a garantia de SAN não se traduz automaticamente em soberania alimentar. A severa dependência de arranjos informais e a frequente ausência de controle autônomo sobre os insumos indicam que o domínio político integral das comunidades sergipanas sobre os seus sistemas alimentares ainda é um horizonte em construção, não uma realidade consolidada,

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

divergindo de abordagens que consideram a mera existência da horta como atestado de soberania.

Na dimensão das políticas públicas, a literatura empírica corrobora uma tensão crônica diagnosticada no cenário nacional (Kuhn et al., 2024; Castro, 2025): o choque entre o fomento setorial à AUP e a sua exclusão dos macroinstrumentos de ordenamento urbano. O diagnóstico de Barbosa (2021) em Aracaju ilustra que a ausência de amparo no plano diretor analisado mantém as iniciativas reféns de acordos verbais, acentuando a instabilidade fundiária. A superação desse gargalo estrutural exige ir além de diretrizes genéricas, mobilizando mecanismos previstos no Estatuto da Cidade. Isso envolveria, por exemplo, a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social vinculadas especificamente à agricultura urbana, a aplicação de IPTU Progressivo para destinar vazios urbanos especulativos à produção alimentar, e a formalização de Termos de Concessão de Direito Real de Uso que blindem os agricultores contra a especulação imobiliária.

No que tange à organização socioterritorial, as práticas descritas na literatura local revelam um notável protagonismo de redes de base, coletivos femininos e associações de moradores, que ressignificam terrenos ociosos e lutam pelo direito à cidade. No entanto, o otimismo em torno dessa resiliência exige matizes críticos. O peso da manutenção dessas áreas frequentemente recai sobre o trabalho não remunerado de mulheres, convertendo-se, na prática, em uma extensão invisível das tarefas domésticas de reprodução social e cuidado. Assim, a AUP em Sergipe só atinge plenamente o seu potencial de emancipação socioterritorial se atrelada a políticas que visem à justa distribuição do trabalho de cuidado, à assistência técnica contínua e ao combate à exploração orgânica sustentada puramente no esforço voluntário das populações periféricas.

Adiciona-se a esse debate a necessidade de desromantizar os benefícios ecológicos invariavelmente associados à AUP no estado. Embora referenciais teóricos (como EMBRAPA, 2020) comprovem a capacidade das áreas de cultivo para mitigar ilhas de calor e aumentar a drenagem pluvial urbana, a transposição desses benefícios para a realidade empírica adensada da Grande Aracaju não pode negligenciar a dimensão da insalubridade. A contaminação histórica do solo por

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

resíduos viários e metais pesados, a interceptação de mananciais impróprios para a irrigação e a convivência próxima com vetores de doenças são riscos severos associados à produção agrícola sem monitoramento adequado. Esses fatores permanecem marcadamente subdimensionados na literatura sergipana avaliada, apontando para a urgência de uma integração entre AUP e ações de vigilância sanitária.

Por fim, reitera-se que a produção científica focada especificamente em Sergipe permanece incipiente. Grande parte das evidências locais repousa sobre a literatura cinzenta e em recortes temporais ou metodológicos que dificultam extrapolações quantitativas mais robustas sobre renda, consumo dietético efetivo e mensuração de impactos ecossistêmicos reais. A necessidade de estudos empíricos sistemáticos, com delineamentos longitudinais, é evidente, tanto para subsidiar políticas de regulação estatal quanto para o aprofundamento ético, técnico e sociológico do debate na Região Nordeste.

4. Considerações finais

A revisão da literatura evidencia que Sergipe, com destaque para a Grande Aracaju, abriga experiências relevantes e em expansão de AUP. Conforme documentado em trabalhos acadêmicos e projetos institucionais, essas iniciativas funcionam como importantes espaços de produção de alimentos frescos, educação agroecológica e articulação comunitária.

No entanto, em diálogo com a literatura nacional e internacional sobre sistemas alimentares, conclui-se que o entusiasmo em torno dessas práticas deve ser acompanhado de rigor investigativo. A avaliação dos impactos da AUP em Sergipe esbarra na escassez de dados locais sistematizados sobre rentabilidade, ingestão nutricional efetiva, permanência fundiária e, sobretudo, mensurações atentas à exposição a riscos sanitários decorrentes do metabolismo urbano.

Ademais, demonstrou-se que a organização socioterritorial embora essencial para a resistência cotidiana, não substitui a regulação nem o amparo normativo do Estado. O fortalecimento da AUP como política pública estruturante e perene exige o seu reconhecimento formal nos instrumentos de planejamento urbano, garantindo

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

segurança de uso da terra, assistência técnica continuada, controle sanitário e sistemas permanentes de monitoramento.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BARBOSA, J. R. M. **Agricultura urbana e periurbana como componente para a construção de uma Aracaju ecológica e sustentável**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

CASTRO, C. N. **Agricultura urbana e periurbana**. Brasília: Ipea, 2025.

CRUZ, M. T. J. O.; DALMORA, E. Associando teoria e prática na aprendizagem para a transição agroecológica: os casos da agricultura periurbana em Itaporanga d'Ajuda e Salgado, Sergipe-Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2026. **Cadernos de Agroecologia**, v. 21, n. 1, 2026.

EMBRAPA. **Agricultura urbana: ferramenta para tornar as cidades mais sustentáveis**. Brasília: Embrapa, 2020.

FAO. **Cidades mais verdes na América Latina e no Caribe: agricultura urbana e periurbana na região**. Roma: FAO, 2014.

FREIRE, J.; RAMOS, I. J.; REGO, C.; DIONÍSIO, A.; BALTAZAR, M. S.; LUCAS, M. R. Agricultura urbana: impactos econômicos, sociais e ecológicos. In: **Encontro de Saberes em Desenvolvimento Rural (ESADR)**, Anais, 2011.

FREITAS, V. L. B.; ZULIANI, D. Q.; SILVA, E. N. Valorização da agricultura urbana e periurbana e a implantação de quintais agroecológicos para o desenvolvimento sustentável local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 11., 2019, São Cristóvão. **Cadernos de Agroecologia**, São Cristóvão, v. 15, n. 2, 2020.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

KUHN, E. A.; RORATO, G. Z.; DE MELLO, B. C.; FALCÃO, C. C.; ALVES, R. V. Urban and peri-urban agriculture in Brazilian capitals: what does recent academic production reveal? **Mix Sustentável**, Florianópolis, v. 9, n. 5, p. 183-202, 2023

MATSUDA, S. C.; QUINTILIANO, D. S.; TRINDADE, A. J. P.; BARRERO, F. M. C. Agroecologia, bem-estar e saúde: mapeamento de experiências de hortas urbanas e

CC BY

REMUNOM
ISSN 2178-6925

Received: 22/07/2026 - **Accepted:** 21/08/2026
Vol: 13.18 - August
DOI: 10.66104/q8j1x931
Pages: 1-17

periurbanas na região metropolitana de Aracaju. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2026. **Cadernos de Agroecologia**, v. 21, n. 1, 2026.

MOUGEOT, L. J. A. **Agropolis: The Social, Political and Environmental Dimensions of Urban Agriculture**. London: Earthscan, 2005.

PESSOA, V. K. S.; SANTOS, M. E. F. dos; SOUZA, F. T.; FEITOSA, C. C.; SILVA, R. N.; SANTOS, N. D. dos. A agricultura urbana e periurbana como laboratório vivo de co-construção: relato da experiência de criação de planos de gestão participativa em hortas comunitárias em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 13., 2026. **Cadernos de Agroecologia**, v. 21, n. 1, 2026.

PESSOA, V. K. S. **Semeando resistência com agricultura urbana e periurbana: autonomia comunitária e soberania alimentar na comunidade da Cabrita, São Cristóvão/SE**. 2026. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) -- Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2026. Disponível em: https://ri.ufs.br/handle/riufs/25399. Acesso em: 10 jul. 2026.

SANTOS, M. E. L.; BOMFIM, D. de F.; BARRETO, I. S. Desenvolvimento de hortas suspensas: relato de experiência do projeto Cultivando Cidadania na Casa Lar III, Aracaju, SE. **Cadernos de Agroecologia**, Pelotas, v. 17, n. 3, 2022. Disponível em: https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/6702. Acesso em: 1 jul. 2026.

SANTOS, N. D. dos. **Plano Estadual de Gestão Participativa de Hortas Comunitárias de Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2024. 83 p.

SANTOS, N. D.; ANTÃO, J. E. R.; BARBOSA, J. R. M. Novos paradigmas e velhos desafios: a invisibilidade dos sujeitos da agricultura urbana/periurbana no Território da Grande Aracaju-SE. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 4., 2019, p. 619-634.

ZAAR, M. H. Agricultura urbana no Brasil: revisão conceitual e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 84, p. 209-224, 2015.
83 p.

SANTOS, N. D.; ANTÃO, J. E. R.; BARBOSA, J. R. M. Novos paradigmas e velhos desafios: a invisibilidade dos sujeitos da agricultura urbana/periurbana no Território da Grande Aracaju-SE. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA, 4., 2019, p. 619-634.

ZAAR, M. H. Agricultura urbana no Brasil: revisão conceitual e perspectivas. Estudos Avançados, v. 29, n. 84, p. 209-224, 2015.

CC BY